

Modelos teóricos explicativos do fenômeno inflacionário: notas didáticas

Glaudionor Gomes Barbosa*

Resumo

Este artigo apresenta duas abordagens sobre modelos explicativos do fenômeno inflacionário. Além disso, discute alguns aspectos da relação macroeconômica entre preço e moeda. O trabalho apresenta a abordagem monetarista e outra que chamaremos de abordagem crítica. Cada abordagem é vista através de dois modelos. A conclusão é que a abordagem crítica é superior por partir de uma compreensão mais adequada do funcionamento do modo capitalista de produção.

Palavras-chave: preço, moeda, inflação, monetarismo e não-monetarismo.

Abstract

This article presents two approaches of models that can explain inflationary phenomena. Beyond this, it discusses some aspects of the macroeconomic relation between price and money. The paper presents the monetarist approach and another one that will be called "critical approach". Each of one is understood based on two models. The conclusion indicates the superiority of the critical approach as it starts from a better comprehension of how the capitalist system of production works.

Key-Words: Price, Money, Inflation, Monetarism e Non-monetarism.

1. Introdução

O objetivo deste artigo é de apresentar e discutir, de forma didática, dois enfoques sobre o fenômeno inflacionário e sobre o relacionamento entre Nível Geral de Preços e Moeda. Não se trata apenas de uma resenha, pois há um claro posicionamento teórico sobre a consistência e o poder explicativo dos enfoques apresentados. Logo trata-se de um trabalho que toma partido por uma certa linha de interpretação dos fenômenos econômicos.

O artigo contém cinco seções, considerando-se esta introdução. A seção dois apresenta dois modelos de monetarismo, denominados, aqui, simplesmente de monetarismo rígido por chegar a uma conclusão muito forte, como veremos adiante, e monetarismo flexível, que, como o próprio nome indica, flexibiliza o primeiro modelo. Ambos transformam a teoria quantitativa da moeda (TQM) numa teoria da inflação. A seção três realiza algumas considerações críticas ao modelo monetarista geral, tentando identificar seus principais problemas internos, qual seja o caráter exógeno absoluto da oferta de moeda e a compreensão do crédito como sendo de natureza mercantil e não de capital, entre outros. A seção quatro discute dois modelos de conflito distributivo, ambos baseados num balizamento que vai de Marx a Kalecki (1987). A seção cinco é a conclusão.

2. Dois modelos de monetarismo

Partimos do entendimento de que a aceitação da equação de trocas e da própria teoria quantitativa da moeda (TQM) não é em si mesma uma defesa do monetarismo, nem na sua forma adaptativa, nem racional. Monetarista é o teórico que, como bem destacou Milton

* Professor Assistente do DEA/UNICAP

Friedman, chegou à conclusão de que “a inflação foi, é, e sempre será um fenômeno monetário”.

2.1. Modelo monetarista rígido

A teoria quantitativa da moeda é transformada numa teoria de inflação, se e somente se, estabelecermos algumas relações de comportamento. Normalmente são as seguintes as relações estabelecidas:

- a) a velocidade de circulação da moeda é constante ou pelo menos uma função estável de poucas variáveis, relativamente estáveis;
- b) os determinantes da demanda de moeda são independentes dos determinantes da oferta de moeda. Dito de outro modo, a oferta de moeda é exógena ou, pelo menos, a base monetária ou outro agregado equivalente é controlável pela autoridade central.

Tomando as duas relações descritas acima como pressupostos e sabendo-se que $MV = PT$ ou $MV = PY$ ou ainda, $M = KPY$, sendo que:

M = oferta monetária (quantidade de moeda);

V = velocidade de circulação da moeda;

K = constante marshalliana ou coeficiente de retenção;

P = nível geral de preços;

T = volume de transações no período;

Y = renda nacional nominal.

Se aceitamos os supostos de que a velocidade de circulação da moeda (V) ou o coeficiente de retenção (K) mantém-se constante e a renda nacional (Y) ou o volume das transações (T) está dado, isto é, se admitimos que a economia está operando no pleno emprego, então oferta monetária (M) e nível geral de preços (P) se relacionam de alguma forma. De qual forma? Segundo os monetaristas, aumentos em M levam necessariamente a aumentos em P . “Tão simples, tão óbvio, e tão negligenciado”, como afirmou o famoso monetarista.

Formalmente teremos:

$$M = KPY \text{ (1), donde: } M/KY = P \text{ ou } P = M/KY \text{ (2).}$$

Logaritmando ambos os termos da expressão teremos:

$$\log P = \log (M/KY), \text{ desenvolvendo obtemos:}$$

$$\log P = \log M - \log (KY)$$

$$\log P = \log M - \log K - \log Y \text{ (3)}$$

Derivando em relação ao tempo, teremos:

$$d\log P/dt = d\log M/dt - d\log K/dt - d\log Y/dt \text{ (4).}$$

Denotando $d \log X / dt = X^*$, para todo e qualquer X , e manipulando a expressão (4), obteremos: $P^* = M^* - Y^*$ (5), pois $d \log K / dt = K^*$ é removido por se tratar de uma constante.

Se $P^* = M^* - Y^*$ (5), então podemos concluir que todo e qualquer aumento de moeda, acima do produto de equilíbrio, gera inflação e, quanto maior o diferencial, maior a inflação.

2.2. Modelo monetarista flexível

Outro tipo de análise monetarista busca explicar a relação entre a inflação e o crescimento do estoque monetário através da teoria quantitativa da moeda, porém introduzindo uma certa flexibilidade quando comparado ao modelo anterior.

A equação quantitativa pode ser escrita ligeiramente modificada, de modo a refletir variações percentuais ao longo do tempo, em cada um dos seus termos. Assim, $MV = PY$ (1), transforma-se em $m + v = p + y$ (2). Colocando a taxa de variação da inflação no lado esquerdo da expressão, teremos: $p = m - y + v$ (3), onde m é a taxa de variação do estoque monetário, v é a taxa de variação da velocidade-renda da moeda e y é a taxa de variação do produto.

Claramente, a equação (3) pode ser usada para investigar quais as possíveis origens da inflação. Assim, é possível, através de séries históricas, a determinação de quanto da elevação persistente dos preços é devida às variações da velocidade-renda, ao aumento do produto ou ao crescimento do estoque monetário.

Também é óbvio que, neste modelo, a máxima monetarista de que "inflação é um fenômeno monetário" deve significar que as variações da velocidade-renda e do produto são pequenas em relação às alterações da oferta de moeda.

3. Algumas críticas ao modelo monetarista

O suposto de velocidade de circulação constante é teoricamente fraco, principalmente por dois motivos:

- a) há conservadorismo nos hábitos dos indivíduos tanto no que diz respeito aos pagamentos quanto no que se refere ao consumo, porém é possível que o segundo prevaleça;
- b) existem muitos intermediários financeiros dentro do mercado e muita moeda circula inclusive de forma quase ou totalmente invisível.

A moeda não é uma variável exógena (no sentido de ser inteiramente controlada pelo Estado), mas endógena, pois o sistema como um todo cria moeda sempre que for necessário ao seu próprio funcionamento. O que as autoridades monetárias podem fazer é controlar $M1$, talvez $M2$ e, mesmo que consigam controlar outros agregados monetários, isso não é

suficiente para considerá-la como exógena. O que deve prevalecer é o entendimento de que qualquer controle público sobre a moeda é imperfeito, principalmente porque estamos numa fase do desenvolvimento do capitalismo, em que o crédito é de capital e não mercantil. Moeda não é mais ouro e prata (como foi no nascimento do capitalismo), nem muito menos sal ou chá da China (como foi em sociedades pré-capitalistas). Dinheiro é papel e mais que isso, dinheiro é um signo que sofre um profundo processo de desmaterialização. Na fase atual de acumulação financeira do capital, o dinheiro tornou-se e continua tornando-se extremamente abstrato e invisível.

Em lugar da causalidade (moeda-preço), é possível argumentar-se pela causalidade inversa (preço-moeda), pois existem excelentes evidências de que aumentos de preços, particularmente em ambientes cronicamente inflacionários, provocam a emissão pura e simples de moeda. As autoridades monetárias não podem nem devem simplesmente “garrotear” a liquidez sob sério risco de falências e distúrbios diversos. Nesses casos, se os preços sobem, a quantidade monetária precisa subir. Parece evidente que, mesmo aceitando-se as premissas monetaristas, é-se obrigado a reconhecer que são os preços que estão no comando do processo e não a moeda.

4. Dois modelos de conflito distributivo

Alguns autores constatarem que, apesar da indiscutível importância da moeda, não faz sentido a máxima de que “moeda é o que importa”, pois, num certo sentido, a moeda funciona de fato como um véu que encobre relações reais. Por quê?

Porque a inflação, longe de ser apenas um fenômeno puramente monetário, é um fenômeno basicamente real e que tem como suporte o **conflito distributivo**. Na verdade, a natureza da sociedade capitalista leva a uma situação em que suas diversas classes sociais lutem por manter posições conquistadas no passado e/ou por tentar conquistar novas posições de vantagem em relação à Renda Nacional.

Podemos dizer que a teoria da inflação por conflito tem como fundamento a chamada falácia da composição, ou seja, é impossível que as partes sejam maior que o todo, a não ser que o todo seja artificialmente inflado ou, no nosso caso, inflacionado. Dito de outra forma, quando todos querem, num jogo não-cooperativo, aumentar suas partes (ou seja, suas rendas, no caso) simultaneamente está criado um dilema (no caso, um conflito distributivo).

No capitalismo, o dilema é resolvido pelo mecanismo da inflação, “tão óbvio, tão negligenciado”, diria um crítico do famoso monetarista.

4.1. Inflação por conflito: o hiato de aspiração

Um dos modelos explicativos de inflação por conflito é aquele que mostra que as negociações salariais envolvem seguramente metas de lucratividade associadas às metas salariais, isto é, quando os empresários aceitam um certo valor salarial, fica definido, nos seus cálculos, sua margem de lucro pretendida e os aumentos de preços servem como instrumentos de alteração da parcela negociada.

Seja $A = L^* - L_n$, onde:

A = hiato de aspiração

L^* = parcela praticada de lucros

L_n = parcela negociada de lucros

A negociação supõe $L^* = L_n$, ou seja, $A = 0$, mas normalmente $A > 0$, o que implica $L^* > L_n$. Como é possível tal resultado? Simplesmente porque são os empresários que comandam os preços, isto é, preço é uma variável de política. Ao elevar os preços, os empresários "capturam" – dadas as condições de demanda, de concorrência intercapitalista e custos – a taxa de lucro **desejada**. E os trabalhadores não reagem? Eles reagem, sim, mas tardiamente, e o dilema só é resolvido com elevação dos salários (se o poder sindical for suficiente para consegui-la). O aumento salarial provoca novos e sucessivos aumentos de preços e, através da conhecida espiral salários-preços-salários ou, mais realisticamente, preços-salários-preços, o processo torna-se autônomo.

4.2 Inflação por conflito: os coeficientes de absorção

Neste modelo, para facilitar a explanação, vamos considerar uma economia fechada e sem atividades de governo. Consideremos a existência de duas classes sociais (trabalhadores e capitalistas) e duas classes de renda (salários e lucros)

A renda nacional num período qualquer pode ser expressa pela seguinte equação:

$$Y_t = W_t + L_t \quad (1)$$

Sendo: Y_t renda (monetária) nacional no tempo "t";

W_t montante dos salários no tempo "t";

L_t montante dos lucros no tempo "t".

A equação (1) significa que toda renda é dividida entre as duas classes sociais (trabalhadores e empresários) "ex-post", naturalmente para se evitarem discussões desnecessárias - neste contexto - sobre causalidade.

Podemos expressar a renda monetária de outra forma, qual seja:

$Y_t = y \cdot P_t$ (2), onde as novas variáveis são: y (renda real) e P_t (nível geral de preços).

Agora vamos definir mais duas equações, uma para os salários e outra para os lucros respectivamente:

$$W_t = m \cdot w \cdot y \cdot P_{t-1} \quad (3) \text{ e } L_t = n \cdot y \cdot P_{t-1} \quad (4)$$

Sendo: m = parcela dos salários ou coeficiente de absorção dos salários;

n = parcela dos lucros ou coeficiente de absorção dos lucros;

P_{t-1} = nível de preços no período imediatamente anterior.

Da equação (1) temos:

$Y_t = W_t + L_t$, substituindo as equações (3) e (4), obteremos

$$Y_t = m \cdot y \cdot P_{t-1} + n \cdot y \cdot P_{t-1}$$

Logo:

$$Y_t = (m + n) \cdot y \cdot P_{t-1} \quad (5)$$

Comparando (2) e (5) teremos:

$$y \cdot P_t = (m + n) \cdot y \cdot P_{t-1}$$

Logo:

$$P_t = (m + n) \cdot P_{t-1} \quad (6)$$

Donde, pode-se concluir que: a) os preços presentes dependem dos preços do passado; b) qualquer tentativa de aumentar os coeficientes de absorção eleva o patamar da inflação.

5. Conclusão

De um ponto de vista estritamente teórico, podemos observar que os pressupostos apresentados pelos teóricos monetaristas são passíveis de muitas críticas. Por exemplo, afirmar que a moeda comanda os preços, com base apenas em duas relações de comportamento, quais sejam, na velocidade de circulação da moeda constante e na perfeita exogeneidade da oferta monetária, **não** constitui exatamente uma teoria de inflação, apesar de possuir esse nome. Ainda do ponto de vista puramente teórico, é possível contrapor a esses argumentos, um outro que considere que, se os preços se elevarem, não resta outra coisa a fazer a não ser sancionar o aumento dos preços através do incremento do estoque monetário.

O enfoque alternativo, chamado por nós de abordagem crítica, possui maior poder explicativo devido a sua maior aderência aos processos reais da economia capitalista. Se a renda nacional é uma constante (e ela sempre é constante num certo intervalo do tempo), então não se pode elevar os salários reais sem que os lucros reais sofram um decréscimo correspondente e vice-versa.

Por sua vez, o segundo modelo da abordagem crítica vai mais longe mostrando duas conclusões essenciais: a) que os preços atuais dependem dos preços passados, o que equivale aceitar adequadamente o papel do fator tempo e dos mecanismos da desafamem temporal no funcionamento da economia; b) que qualquer tentativa de elevar os coeficientes de absorção, logo de aumentar a parte pretendida da renda, leva à inflação. E essa será tanto maior quanto maior e mais rápida forem as reações dos agentes envolvidos.

REFERÊNCIAS

BACHA, Edmar. **Introdução à macroeconomia: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1986, 204 p.

DORNBUSCH, R., FISCHER, S., STARTZ, R. **Macroeconomia**. Lisboa: MC GRAW HILL, 1998, 550 p.

KALECKI, M. **Crescimento e ciclo das economias capitalistas**. São Paulo: HUCITEC, 1987, 193 p.

ROWTHORN, B. **Capitalismo, conflito e inflação: Ensaio de economia política**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1982, 245 p.